



SEÇÃO: RESENHA

Resenha: ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira; PENICHE, Andrea; TRINDADE, Luís; CARDINA, Miguel. O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura e império. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

Book review: ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira; PENICHE, Andrea; TRINDADE, Luís; CARDINA, Miguel. O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura e império. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

Book review: ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira; PENICHE, Andrea; TRINDADE, Luís; CARDINA, Miguel. O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura e império. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

Paulo Vitorino Fontes¹

orcid.org/0000-0002-1443-6820
pfontes@uevora.pt

Recebido em: 20 fev. 2021

Aprovado em: 6 jan. 2023

Publicado em: 27 set. 2023

Os autores deste livro são académicos reputados que se debruçam sobre o século XX português, do ponto de vista da história dos quatro regimes políticos que o atravessaram, da evolução económica do país, das transformações sociais que conheceu, da luta das mulheres na longa caminhada pelos seus direitos, do processo das mudanças sociais e, finalmente, do pesado lastro deixado pelo passado colonial.

Três ideias essenciais perpassam o conjunto da obra: a persistência da desigualdade, o papel central do Estado e das políticas dominantes na produção e reprodução da oligarquização económica, social e cultural e o peso ideológico do colonialismo enquanto passado e presente. A persistência da desigualdade ao longo da história do século XX português exprime-se na capacidade de resiliência e de reconstituição dos interesses oligárquicos como classe, como poder dominante do ponto de vista político, económico e cultural. Ou seja, na sua capacidade de adaptação aos safanões das crises económicas, recompondo-se do transitório choque das duas revoluções populares do século XX (a de 1910 e, particularmente, a de 1974/1975), moldando-se aos processos de massificação cultural, reciclando o nacionalismo colonialista e luso-tropicalista no novo quadro da "normalização democrática" pós-colonial. Ao findar o século, a síntese deste percurso de hegemonia oligárquica e de desigualdade persistente é uma "modernização conservadora", isto é, um crescimento com escassa justiça distributiva, sem desenvolvimento



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

sustentado, em que a desigualdade social se espelha fortemente nas diferenças culturais e nas continuadas discriminações raciais e de gênero. Em suma, uma sociedade de contradição e conflito em que a democracia política e o Estado social conquistados pela revolução de 1974/1975 se encontram permanentemente vulnerabilizados pela reconstituição do domínio do capital financeiro e pelo mundo de desigualdades e discriminações que ele comporta e que permanece.

A segunda ideia mestra diz respeito ao papel determinante do Estado ao longo do século XX nesse processo de constituição e reconstituição do poder oligárquico. Variando com as épocas e as conjunturas históricas, ele exprimiu-se continuamente através de políticas de concessões monopolísticas ou oligopolísticas, de pautas aduaneiras protecionistas na metrópole e nas colônias, de financiamentos diretos e indiretos, de regimes fiscais de favor, da cartelização corporativa, do condicionamento industrial e, naturalmente, da violência policial contra os direitos do trabalho. Isso permitiu, sobretudo durante a ditadura salazarista, consolidar um clã oligárquico como uma rede de famílias e interesses que, centralmente apoiados na banca, controlavam a economia portuguesa e, no segundo pós-guerra, moldaram o processo de modernização conservadora. Após a Revolução de 1974/1975, o novembrismo e a "normalização democrática" procederam à liquidação das principais conquistas económicas do curto período revolucionário, o que permitiu a reconstituição de velhos e a criação de novos interesses oligárquicos. Na realidade, tratou-se de um novo modelo de modernização conservadora, assente, agora, num programa neoliberal de financiarização da economia inculcado pelos sucessivos governos da direita e do centro do novo sistema político, baseado nos dois resgates negociados com o FMI e decorrente dos imperativos da adesão à CEE/UE e à moeda única. O século XX desaguava assim numa espécie de círculo vicioso em que a dominação oligárquica reconstituída pelo Estado e a modernização conservadora que dela decorria mutuamente se impunham e justificavam como aparente estratégia sem alternativa.

A terceira ideia é a da permanência dos valores com que o colonialismo e a guerra colonial se autolegitimaram na sociedade portuguesa ao longo do século XX, mesmo após o fim da guerra e a queda do império. A realidade é que o sistema de domínio e exploração colonial criou na sociedade uma base material importante para o processo de acumulação de parte das classes dominantes, mas também para a sobrevivência de setores relevantes das classes intermédias ligadas ao import/export colonial. As colônias funcionavam igualmente como um eldorado mítico para a pobreza endémica do país. E tudo isso ajudou a criar um "colonialismo popular" e socialmente difundido, assente num discurso nacional-colonialista feito da "grandeza das descobertas", da gesta heroica de nautas, santos e cavaleiros, das ideias da superioridade racial do homem branco, da missão colonizadora e evangelizadora que a providência lhe conferira e, em versão lusotropicalista, da benignidade cristã e apetência miscigenadora do colonialismo português. O fim da guerra e do império e a Revolução de 1974/1975 não eliminaram o pesado lastro ideológico por eles deixado na sociedade portuguesa. Um lastro que impregna boa parte das memórias da guerra e das representações do passado colonial e que alimentou a revivescência dos discursos xenófobos e racistas na transição do século. Os tropos da narrativa lusotropicalista voltaram mesmo a estar presentes nas intervenções oficiais de alguns dos mais altos dignitários do Estado.

Aos desafios que estas três constatações colocam, os autores da presente obra procuraram responder, cada um no domínio específico da sua abordagem.

O capítulo I abre com uma análise histórica dos quatro regimes políticos que atravessam o século XX português. Nele se aborda o papel do Estado e das políticas que o serviram na conflitualidade política e social: a primeira insurreição popular do século, a revolução republicana de outubro de 1910, tentativa frustrada de democratização do liberalismo oligárquico da monarquia; a Ditadura Militar que emerge da guerra civil larvar que marca a crise terminal da Primeira República e a sua

transição para o Estado Novo, esse tempo longo, variante lusitana do fascismo conservador. O primeiro autor, Fernando Rosas, procura responder às principais questões que se colocam quanto à gênese, à natureza política, à durabilidade e à queda do regime. Analisam-se seguidamente as particularidades do golpe militar de 25 de abril de 1974 e os fatores que contribuíram para a sua transformação no processo revolucionário de 1974/1975, a segunda e mais importante revolução popular do século XX, gênese da democracia política e do Estado social. Finalmente, o capítulo I debruça-se sobre a caracterização do novo sistema político resultante da contenção novembrista da Revolução e o seu papel na reconstituição oligárquica pós-abrilista.

O capítulo seguinte, da responsabilidade de Francisco Louçã, estuda o processo histórico da modernização económica conservadora no período supracitado. Uma modernização lenta e "sob a batuta de um conservadorismo oligárquico que protegeu interesses e fez do atraso estrutural um dos alicerces do poder" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 117). Na primeira parte do capítulo sintetiza-se a história económica do país no século passado, desde a crise da monarquia constitucional e da Primeira República, abordando-se mais desenvolvidamente as várias fases da economia e do crescimento económico durante a ditadura salazarista, antes e após a Segunda Guerra Mundial. Em seguida, o autor debruça-se sobre o que considera serem os três períodos marcantes que caracterizam a evolução económica posterior à Revolução, ao longo do último quartel do século. Abordam-se o processo dos resgates negociados com o FMI, as transformações da década de governação cavaquista – "uma versão autoritária do programa neoliberal" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 174) – e o impacto da adesão de Portugal à CEE/UE. Numa segunda parte do capítulo, revisitam-se os principais debates político-económicos do século (as querelas do atraso/decadência e da dependência) e precisam-se, a essa luz, os conceitos de modernização conservadora e de "jaula oligárquica" que o autor utiliza para caracterizar a história económica deste período. O capítulo

encerra com uma apreciação crítica das "grandes ilusões" do virar do século (a integração europeia e a adesão ao euro).

No capítulo III, conduzido por João Teixeira Lopes, analisam-se as transformações operadas na sociedade portuguesa ao longo do século passado, que o autor considera, na linha de outras contribuições que são revisitadas, como um período de mudanças lentas, contraditórias e social e territorialmente marcadas por acentuadas desigualdades. A situação portuguesa ao findar o século registaria uma "coexistência particular de anacronismos", numa "tensão permanente entre ruturas e continuidades, traduzida por diferentes ritmos e tempos de desenvolvimento, espacialmente distribuídos de forma assimétrica" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 237). Para chegar a essa conclusão, o autor passa em revista o processo secular de transição demográfica, as desigualdades e complexidades do xadrez territorial, a evolução da estrutura de classes, encerrando com a revisão do debate sobre as ruturas e permanências do modelo de desenvolvimento português, concluindo que os avanços da década de 1960, exponenciados pela Revolução, "não apagaram os traços de tradicionalidade, desigualdade e conservadorismo, nem a subalternidade no espaço europeu" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 240).

O capítulo IV, da autoria de Andrea Peniche, fala-nos da longa luta das mulheres pelos seus direitos, que no decorrer do século XX emergem do silêncio e da invisibilidade histórica, política e social, para se constituírem como sujeito próprio e coletivo de emancipação. Para abordar um tema tão vasto e "impossível de resumir num capítulo", a autora optou por sistematizar "uma crónica de acontecimentos que marcaram a vida das mulheres e do país" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 13), selecionando um conjunto de temas considerados mais importantes para esse olhar que lança "sobre o século das [suas] avós" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 246). Nesse sentido, tratou sistematicamente da evolução do estatuto jurídico das mulheres, desde a consagração da tutela marital/patriarcal no velho Código de Seabra (o Código Civil que vigorou de 1867 a 1965) até à

legislação da democracia (e aos contrastes entre esta e a realidade); da instituição pelo Estado Novo da diferenciação social baseada na pertença de género; da longa luta pelo direito de voto das mulheres; da contraceção feminina e do planeamento familiar; da revolução sexual, da pandemia da sida e da batalha pela legalização do aborto e pelo "direito ao corpo".

O capítulo V é dedicado à história da cultura em Portugal no século passado. O autor, Luís Trindade, todavia, não se propõe abordá-la "como uma sucessão de obras e autores", como uma história do cânone literário, intelectual, artístico, uma vez que esta não só secundarizaria o contexto histórico das criações (como se um destino intemporal as percorresse) mas igualmente ocultaria "as condições materiais em que as obras foram produzidas e circulam" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 293). Propõe-se, assim, "reconstituir as condições sociais e históricas em que as práticas culturais se materializam ao longo do século XX em Portugal", ou seja, reconstituir "a circulação social dos objetos culturais", o modo "como as palavras, as imagens e os sons foram produzidos e apropriados de formas desiguais e irregulares ao longo do século" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 293-294). Assim sendo, o autor traça o percurso histórico e social das várias expressões ideológicas do elitismo cultural, em contraponto conflitual com o processo de emergência e expansão da cultura de massas – "um misto de produção em massa de objetos culturais e da entrada das 'massas' no mundo da cultura letrada" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 295). Há a preocupação de ilustrar esse duplo fenómeno através da análise concreta (autores, obras, protagonistas, públicos) da produção literária, jornalística, teatral, e do fenómeno da transmissão crescentemente massiva de sons e imagens (a rádio, o cinema, a televisão). Tal mudança terá obrigado a máquina censória da ditadura a processos de adaptação e compromisso face ao fenómeno da industrialização cultural de massas nas suas diversas expressões. O autor acompanha o que considera ser a continuada reação da cultura erudita e literária frente à cultura popular urbana e os desenvolvimentos desta até à entrada no século XXI.

Finalmente, o capítulo VI, da autoria de Miguel Cardina, volta-se para o estudo crítico das representações do passado colonial: "Apesar de terminado enquanto realidade política, a força material e ideológica deste passado-presente colonial não deixou de se fazer sentir em Portugal" (ROSAS *et al.*, 2020, p. 372). Por isso, para o autor, a memória do século XX português, nesta matéria, é marcada por "representações seletivas" e "amnésias persistentes", aliás, num contexto de fortes disputas memoriais. O capítulo abre com uma síntese histórica do colonialismo moderno português. Seguidamente, o autor periodiza as várias etapas dessa "organização do esquecimento", antes e sobretudo depois do 25 de Abril, fenómeno para o qual propõe detalhadamente um conjunto de fatores explicativos, enquanto o ilustra com a análise do surto de monumentos alusivos à guerra colonial recentemente erigidos em todo o país (ROSAS *et al.*, 2020, p. 373). Essa observação crítica acompanha também a produção literária, ensaística, memorialística, televisiva, cinematográfica e teatral, de sentido vário, sobre o tema. Constatada e documentada a "persistência real do imaginário colonial", o autor analisa os principais "vetores de persistência" no discurso oficial atual, na "memória oficializada", e conclui passando em revista os principais debates públicos mais recentes em torno da memória colonial (ROSAS *et al.*, 2020, p. 387, p. 391).

Seguramente, O Século XX Português deixa muitos aspetos por tratar. Os autores escolheram as temáticas que, bem ou mal, consideraram mais estruturalmente explicativas da globalidade deste período. Mas não se trata de dar por concluída a tarefa. Pelo contrário. Este livro pretende ser, sobretudo, um contributo para relançar o debate indispensável sobre o nosso passado recente. Sem isso é que estaremos desarmados face aos tão preocupantes desafios que nos apresenta o século XXI.

Este livro explora, a partir de ângulos diversos, três campos de inquirição fundamentais para interpretar o século XX português: como o Estado formou a burguesia e, em consequência, como a oligarquia se foi constituindo e reconstituindo,

ancorada no poder extrativo, disciplinador e autoritário da ordem política; como esse processo gerou uma desigualdade que tem pouco paralelo nos países que partilham com Portugal elementos essenciais da geografia e da história europeia, sempre reerguida depois de cada um dos ciclos de tensão que modificaram as condições da reprodução social no país; e, finalmente, como o colonialismo representou um dos pilares do regime de acumulação e de referenciação social, permitindo à oligarquia conduzir a sua disputa pela hegemonia cultural durante grande parte do século. Essas três hipóteses são discutidas a partir de análises e instrumentos diferenciados, começando com a história política, que baliza os diferentes sistemas de dominação e as suas contradições, e continuando com a evolução económica e sociológica ao longo deste tempo, mas também escrevendo este trajeto a partir da posição das mulheres e da dimensão fundamental das representações culturais que povoaram este período. Encontramos, como seria de esperar, dimensões complexas, estratégias entrecruzadas, personagens contraditórias, acontecimentos inesperados, fracassos e sucessos dos diferentes partidos, forças e classes sociais, bifurcações e conflitos.

A modernização conservadora, que domina o período aqui tratado, estabelece alguma continuidade entre o fracasso da democratização da monarquia constitucional e a posterior submissão do regime republicano a interesses colonialistas e tradicionalistas, mesmo que com contradições internas agravadas, e depois a estabilização do regime do Estado Novo desde que Salazar tomou conta das rédeas do poder. Tratou-se de uma modernização, lenta que fosse, certamente diferente das transformações que ocorreram noutros países europeus, em particular depois da Segunda Guerra Mundial, mas ainda assim de uma transformação das estruturas produtivas, com o alargamento dos grupos financeiros, industriais e do comércio colonial, em alguns casos com alianças com capitais internacionais. Em todo o caso, esta modernização manteve e até reforçou, durante o extenso período da di-

tadura, a burguesia nacional, mesmo que esta, como sempre, dependesse do Estado, que lhe assegurou a ordem necessária à elevada taxa de exploração e os benefícios coloniais, quando não mesmo um financiamento direto dos seus empreendimentos. Por isso, a modernização não poderia deixar de ser conservadora, arrastando uma representação do poder como paternal, clerical, tradicionalista, avesso a mudanças profundas, arreigado ao continuismo submisso, e envolvido, a partir da década de 1960, numa guerra colonial infundável que foi, como se veio a verificar, suicidária.

Assim, os autores não seguiram outras visões, como as de uma historiografia da dependência, baseada na projeção de uma mecânica de intermediação de interesses imperiais externos, ou da que retratou a burguesia portuguesa como dividida entre uma elite subserviente ao salazarismo e uma massa de empresários ansiosos pela libertação e por um próspero mercado interno. Pelo contrário, encontramos contradições, desde muito cedo, no âmbito do regime ditatorial, entre industrialistas que procuravam alçar o modelo produtivo e, mais tarde, trilhar um caminho de integração europeia, e os que quiseram impor a subsistência de um equilíbrio entre as frações da classe dominante, que mantinha, ou pelo menos salvaguardava, algum do poder político da oligarquia terratenente. E, nesse sentido, foi mostrado o modo como a oligarquia consolidou os seus mecanismos políticos, económicos e sociais de acumulação nacional.

No entanto, esse sucesso tornou-se a condição de um fracasso. A condução económica foi bem-sucedida na constituição dos pilares do domínio da oligarquia, por não se tratar generalizadamente de uma transferência de rendimento para capitais internacionais. Mais do que do capital estrangeiro, a burguesia portuguesa dependeu da sua ditadura. Mas foi um fracasso, porque as condições da sua reprodução a longo prazo revelaram-se impossíveis: nem a mais duradoura ditadura da Europa, nem aquela tutela estatal sobre as empresas e as suas escolhas, nem o condicionamento ou protecionismo dos mercados nacional

e colonial, nem uma guerra colonial perdida em década e meia, podiam eternizar-se. Todas as condições para a sobrevivência da ditadura, que ocupou aproximadamente metade do século, se foram esvaindo e, assim, produziram a sua pior consequência, um processo revolucionário que reconstruiu o regime. Foi isso que acelerou a modernização, se bem que ainda com traços conservadores, desta vez através da integração europeia, que passou a ser a condição determinante da nova forma de disciplina institucional, política e mesmo de referenciação simbólica — ou seja, de hegemonia.

Portanto, em todo este século, o que aqui se regista é um fracasso histórico. A oligarquia cresceu e sobreviveu nas condições de submissão do país a uma ditadura; quando se readaptou ao novo regime nascido dos equilíbrios pós-revolucionários, foi quando se acentuaram as perdas de soberania e a subordinação económica e até política. Assim, no essencial do século XX, a oligarquia só teve dois projetos: a ditadura e, depois, a integração dependente. Desse modo, revelou-se incapaz de ser portadora de uma direção para Portugal.

Pois, vinte anos após o início do novo milénio já se pode e deve reinterpretar o sistema social, político, cultural e económico vivido hoje, tendo em conta a grande influência do século passado — à qual é impossível escapar. E, nos nossos dias, apesar da crise editorial e livreira provocada pela pandemia, somos brindados através de seis olhares críticos com um livro original e inovador que permite desmistificar o século XX português, mas também habilitar-nos a pensar a genealogia do presente que nos compete viver.

Referência

ROSAS, Fernando; LOUÇÃ, Francisco; LOPES, João Teixeira; PENICHE, Andrea; TRINDADE, Luís; CARDINA, Miguel. *O Século XX Português: política, economia, sociedade, cultura e império*. Lisboa: Tinta-da-China, 2020.

Paulo Vitorino Fontes

Paulo Vitorino Fontes é doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais (*summa cum laude*) pela Universidade de Évora em 2016. Possui licenciatura e mestrado em Sociologia pela Universidade dos Açores. É professor auxiliar da Universidade dos Açores, é membro integrado do Centro de Estudos Humanísticos da mesma Universidade e membro integrado do Centro de Investigação em Ciência Política das Universidades do Minho e de Évora.

Endereço para correspondência

Paulo Vitorino Fontes

Universidade dos Açores

Rua da Mãe de Deus, Ponta Delgada, 9500-321

Açores, Portugal

Os textos deste artigo foram revisados pela Texto Certo Assessoria Linguística e submetidos para validação dos autores antes da publicação.